

# RETIRO CÍVICO

29.X.950

Acertadamente, proibiu o Código Eleitoral toda propaganda falada, quarenta e oito horas antes da eleição. A razão mais evidente da disposição legal é evitar comoções, disturbios, na ocasião em que se vai manifestar o eleitorado. Mas não é única, nem, talvez, a mais profunda. Pretende-se, também, propiciar, aos cidadãos que vão exercer o grave dever do voto, um momento de recolhimento, em que, a só por só com a sua consciência e protegidos contra todo ruído externo, possam eles meditar sobre a decisão que com o voto vão exprimir. O voto — convém repeti-lo — é um ato de consciência e desvirtua-se, se por ela não se pauta. Por isto, desvelou-se o Código Eleitoral em protegê-la, embora não tenha logrado suprimir inteiramente a cabala.

Aproveitemos, pois, a pausa que vamos ter imediatamente antes do pleito, para descer ao imo da nossa consciência de cidadãos. E comecemos por afastar toda consideração de ordem pessoal, ou simplesmente particular. Se ao cidadão se concedeu o voto, não foi para o grangeio dos seus interesses privados, mas para decidir a respeito do interesse público. Reconhecemos que, dada a nossa lamentável deficiência de educação cívica, agravada pelo desuso da função durante tantos anos, não será fácil a todos operar tal cisão entre as duas esferas de interesses, mas, por muito dificultosa que seja, mister é que se faça. Se continuarmos a confundir o nosso interesse privado com o interesse público, impossível será a sobrevivência da democracia brasileira. A ditadura surgirá necessariamente da desordem gerada pela falta de espírito público e pelos excessos da demagogia.

Purgados, pois, de toda preocupação subalterna, considerem os cidadãos, nêsse verdadeiro retiro espiritual prescrito pela lei, a mais importante das questões que são chamados a resolver — a da presidência da República. Qual dos quatro candidatos preferir? O que nos tenha pessoalmente beneficiado, ou prometa fazê-lo? O que tenha concedido vantagens à nossa classe ou prometa concedê-las? Seria, evidentemente, faltar ao dever que o exercício do voto implica. O que, antes de tudo, entre os vários candidatos se deve procurar é o Supremo Magistrado da Nação, o homem capaz de pairar, por suas virtudes, acima dos interesses secundários. E não só. Se queremos viver democraticamente e preservar a nossa liberdade, mister se faz que o presidente da República seja um sincero e fervoroso democrata. Votar em quem não seja democrata, é entregar a democracia a quem estará predisposto a golpeá-la. Votar em quem apenas seja um tíbio democrata, será sujeitá-la a todas as traições.

Esta é, pois, a primeira consideração que todo eleitor deverá fazer no recesso da sua consciência, antes de depôr a sua cédula na urna. Votar num verdadeiro e firme democrata, eis a primeira obrigação do cidadão que não queira trair a democracia.

Mas não basta isto para assegurar a boa prática da democracia. Além de verdadeiro democrata, deve o candidato em que se vote, ter em alto grau as qualidades específicas requeridas pelo cargo. Assim, quem dirá que o sr. Eurico Dutra era um homem por seus atributos pessoais indicado para a presidência da República? Ninguém, evidentemente, a não ser os serviçais da Copa e da Cozinha do Cateite. Dessa inaptidão do homem para o cargo decorreu o imenso desastre do seu governo, tamanho desastre, que reabilitou o antigo ditador no conceito de muita gente. Uma segunda escola deste gênero dará com o regime em pantana. Verdadeiramente democrata e grandemente capaz deverá ser o futuro presidente da República. Aos cidadãos, e não mais que a eles, caberá a responsabilidade da escolha. Para que a possam bem medir e pesar, é que a lei estabeleceu o retiro cívico de quarenta e oito horas.

Apesar de serem fundamentais os dois critérios citados, há quem os esqueça, para se guiar pela maior ou menor probabilidade de vitória, que os candidatos a seu ver apresentam: Não pode haver maior perversão do regime, que esta. É renunciar o eleitor ao dever de constituir o governo que melhor lhe pareça, é anular previamente o seu voto, é comportar-se como a ovelha, no rebanho. O rebanho não é, por certo, o ideal da democracia.

Demais, tão equilibrado se nos apresenta o pleito quanto aos três principais candidatos ao governo da República e do Estado, que preferir votar no previamente vitorioso — Para seguir a vitória, renuncia-se